



# Que caminhos para a poesia caboverdiana? Antigos e recentes debates e controvérsias sobre a identidade literária caboverdiana

JOSÉ LUIS HOPFFER C. ALMADA



**Resumo:** A identidade literária caboverdiana é caracterizada por um evasão. No passado, esse movimento foi considerado resignativo e escapista; atualmente, no entanto, o novo evasão é temático, ou seja, a produção literária de Cabo Verde primária pela ausência. O estudo dos caminhos da poesia caboverdiana permite que se discuta, a partir de um percurso histórico, a situação atual da identidade literária de Cabo Verde.

**Palavras-chaves:** Cabo Verde; Poesia; Identidade literária; Evasão

**Abstract:** The Cape Verdean literary identity is characterized by an evasion. In the past, this movement was considered resigned and escapist; nowadays, however, this new evasion is thematic, it means that the literary production in Cape Verde would be mainly characterized absence. The study of Cape Verdean poetry allows us to discuss, from a historical point of view, the current situation of literary identity in Cape Verde.

**Keywords:** Cape Verde; Poetry; Literary identity; Evasion

*O poeta é um fingidor  
um pedreiro muito lido,  
calceteiro dolorido  
cujas pedras são pedaços  
que ele arranca dos penhascos  
de uma alma nua e sua  
e da alma de outros poetas*

Um poeta e o seu canto:  
Harpa eólia, sons de louco  
O vento sopra, sopra, sopra  
o vento é brisa e é vendaval  
O vento aquece e arrefece

POESIA-pássaro livre, quase verde  
que os poetas alimentam com mãos de afago  
e tenros, ternos grãos  
sejas tu-cantor solitário nas horas sem canção  
sejas tu-na minha morte  
(mão de amor e serenidade/dedos de mãe e de amada)  
-sejas tu a cerrar-me os olhos

(ARMÉNIO VIEIRA, *Ser Poeta*)

## 1 Notas preliminares

À semelhança do que tem ocorrido com vários protagonistas de outras literaturas africanas de língua portuguesa, alguns poetas e outros escritores caboverdianos contemporâneos vêm sendo intensamente interpelados e, até, causticados por alguns críticos mais cínicos de preocupações teluricistas bem como por outros autoinvestidos guardiães de uma certa “monocultura identitária” (para usar uma expressão cunhada pelo poeta caboverdiano José Luís Tavares aquando da recepção, em 2003, do prémio Mário António da Fundação Gulbenkian pela obra *Paraíso Apagado por um Trovão*).

Essa tarefa de crítica literária (ousaríamos dizer, de quase “vigilância identitária”) tem sido levada a cabo com tanto mais afincamento quanto os seus promotores vêm ajuizando que a “monocultura identitária”, acima referida, consubstanciaria, e da forma mais cabal, uma imaginada ou real autenticidade literária caboverdiana, devendo ser, por isso, tratada como património e causa intocáveis e devidamente preservada de malfazejos desvios, contaminações e outras conspurcações estéticas, estético-ideológicas e temáticas.

É neste contexto que os poetas e escritores caboverdianos mais avessos (ou tão-somente indiferentes, ou temporariamente indiferentes) à “monocultura identitária”, em parte ou na totalidade da sua obra, têm sido amiúde acusados de *inautenticidade* e *apatridia literárias*, bem como de sabida ancoragem num universalismo supostamente desenraizado, os quais, por seu lado, são percebidos como epifenómenos de uma espécie de novo evasãoismo na literatura caboverdiana.

Diferentemente do antigo evasãoismo claridoso e da sua alegada postura resignativa e escapista em face das prementes necessidades e carências do povo caboverdiano (também ele, aliás, tematicamente problematizado pelos fundadores do nosso modernismo literário e por eles tornado sujeito principal dos enredos literários, mesmo se então completamente à mercê da natureza madrasta e das seculares políticas de abandono colonial), o novo evasãoismo teria como característica diferenciadora e distintiva a fuga pura e simples ao tratamento de temáticas tipicamente caboverdianas e o enveredamento pela revisitação jubilatória, (des) sacralizante, ou mesmo sarcástica, de mitos e ícones da cultura europeia ocidental, nela inserindo as margens mais proeminentes das suas periferias passadas e presentes, reais ou imaginadas.

Tratar-se-ia, assim, de um evasãoismo de cariz predominantemente temático, isto é, de uma escrita na qual Cabo Verde e as suas gentes, nas ilhas e diásporas, primariam pela ausência.

Essa ausência temática é considerada assaz grave pois que, para além de alegadamente representar um

inadmissível desvio aos cânones estéticos da “monocultura identitária” e às exigências mais essencialistas do “nacionalismo literário”, ela estaria sendo exibida e muito ostensivamente reafirmada pelos seus cultores como prova de superação de um suposto provincianismo literário corporizado pelo telurismo de cariz temático e estético-ideológico.

Acresce ainda que esse suposto provincianismo literário estaria sendo catalogado como por demais pernicioso porque especialmente propiciador de restritivos condicionamentos identitários, sendo, por isso, firme, sobranceira e, a seu modo, muito sectariamente condenado pelos opositores confessos da “monocultura identitária” e do “nacionalismo literário” e do seu também estigmatizado núcleo essencial, o telurismo literário.

Ademais, e conexas com a alegada sobranceira de teor sectário, acima mencionada, a fuga ao telurismo literário (e, deste modo, à mais visível e consumível substância da “monocultura identitária” e do “nacionalismo literário”) estaria também sendo ilegitimamente incensada pelos actuais cultores da chamada “arte pela arte” como sinal do triunfo de um conseguimento estético alegado e exclusivamente fundado no mérito estético-formal da lapidação da palavra, supostamente livre das cangas político-territoriais do nacionalismo identitário e das suas marcas eventualmente etnicizantes e, por isso, digno do universalismo literário que, do mais fundo da sua busca e da sua pretensão de reconhecimento pelos grandes centros metropolitanos do poder e do saber eruditos, de fisionomia e substância eurocêntricas, almejariam todos os poetas e escritores autênticos, mormente em se tratando de ex-colonizados.

À guisa de conclusão, deixa-se (sub)entender que, nos seus traços gerais e ainda que localizado num tempo histórico diametralmente diferente porque vincadamente marcado pela pós-colonialidade, o chamado novo evasãoismo se aparentaria àqueloutro alegadamente praticado pelos literatos pré-claridosos, especialmente na sua poesia lusógrafa. Relembre-se nesta circunstância que, até muito recentemente, a mesma poesia lusógrafa pré-claridosa foi sistematicamente acoçada e virulentamente acusada de déficit de caboverdianidade literária bem como de excessivo e serôdio mimetismo em relação a modelos temáticos e estético-formais metropolitanos historicamente superados, ou, ainda pior, de obsessiva e quase doentia e exibicionista recorrência a temas e signos característicos da antiguidade clássica greco-latina e da cultura ocidental, em geral.

## 2 Uma polémica antiga

Como é sabido, um alegado alheamento literário em relação à realidade caboverdiana injustamente atribuído

aos nativistas, aliado à utilização de uma linguagem de tom grandiloquente e classicizante, dominante em Cabo Verde até à década de trinta do século passado e persistentemente cultivado até à morte, em 1962, do seu maior artífice nas ilhas, José Lopes, bem como por outras personalidades proeminentes da cultura caboverdiana, como Pedro Cardoso e Francisco Xavier da Cruz (o nativista tardio que era também o célebre poeta das mornas chamado B. Lèza), foram os alvos principais da démarche modernista de *finçar os pés na terra*, protagonizada pelos escritores claridosos Jorge Barbosa, Baltasar Lopes da Silva (e sua máscara poética Osvaldo Alcântara), Manuel Lopes, Pedro Corsino de Azevedo e António Aurélio Gonçalves, e prosseguida nas décadas seguintes por Maria Helena Spencer, Henrique Teixeira de Sousa, Nuno Miranda, Virgílio Pires, entre outros escritores certezistas, claridosos de segunda vaga e neo-claridosos.

Não se pense que os antigos, por seu lado, se tenham quedado pela muda passividade perante os novos tempos literários e político-culturais que, nos fins dos anos vinte e princípios dos anos trinta do século passado, e com origens no Brasil e em Portugal, faziam a sua irruptiva aparição no *arquipélago da fome* que era então Cabo Verde. Longe disso, como comprova Manuel Ferreira no prefácio à edição fac-similada da revista *Claridade* acima mencionado.

Para além de prosseguirem na laboriosa construção e na transpirante consolidação da obra literária que tanto prestígio lhes tinha granjeado no seio da sociedade colonial caboverdiana e os tinha alcançado a exemplares homens de letras e modelares “técnicos da métrica, da qual o verso era a vestimenta mais adequada e condigna”, como orgulhosamente escreveu na sua antiversilibista “Profissão de Fé” (prefácio ao livro de sua autoria *Sonetos e Redondilhas* (Minerva de Cabo Verde, Praia, 1934), alguns fautores hesperitanos do nativismo político e cultural, designadamente Pedro Cardoso e José Lopes, acusaram, de *bolchevistas literários os modernistas nacionalistas* (no sentido estritamente cultural que é atribuído à expressão pelo Professor Alberto de Carvalho) ou regionalistas literários que quiseram ser, e efectivamente foram, os claridosos.

Relembre-se que a “Profissão de Fé” de Pedro Cardoso no pré-modernismo mereceu contundente resposta pela pena cultivada no modernismo do *compagnon de route* dos claridosos, Quirino Spencer Salomão, no artigo “Poesia e Métrica”, publicado na mesma secção literária dirigida por Pedro Cardoso no jornal praiense *O Echo de Cabo Verde* e na qual foi também publicada a mesma “Profissão de Fé”. Resposta contundente não obstante o respeito (e, até, da reverência) pessoal, consubstanciada no tratamento de “nossos Mestres”, que a maioria dos claridosos e dos defensores do modernismo nutria por

muitas dessas reputadas personalidades da província/colónia, algumas delas, aliás, seus familiares muito próximos e queridos.

Na resposta do acima referido *compagnon de route* dos tempos iniciais da germinação do modernismo literário caboverdiano são invectivados, pela primeira vez, os poetas pré-claridosos, imputando-se-lhes excessiva submissão à fixidez e às coactivas regras da rima e da métrica e ultrapassado enredamento na grandiloquência verbal neo-camoniana e pré-modernista.

A partir daí, todo o processo de afirmação e de consolidação do movimento claridoso passou a, concomitantemente, significar um crescente isolamento dos pré-claridosos e uma sua paulatina exposição à caducidade histórico-literária.

Como escreveu Manuel Ferreira no seu prefácio à edição fac-similada da revista *Claridade* (“O Fulgor e a Esperança de uma Nova Idade”), estudo no qual retoma, desenvolvendo-a, uma sua alocução anterior apresentada, em 1984, em Paris, no Colóquio Internacional sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, organizada pela Fundação Gulbenkian e intitulada “O mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido”, a *démarche* claridosa em relação aos seus antecessores pode ser descrita nos seguintes termos: “Em todos os aspectos do corpo gráfico da revista e do seu *corpus* literário, a ausência absoluta do passado, e, sinal do velho discurso, nada. Nem uma breve referência, nem a mais fugaz citação de um nome, de um livro, de um gesto ainda que agressivo. *Pura e simplesmente, a ocultação completa, a devoração pelo silêncio*” (sublinhado nosso).

Diga-se em abono da verdade histórica que a *démarche* claridosa foi em tudo semelhante à de alguns teóricos e divulgadores da literatura caboverdiana, com destaque para o próprio Manuel Ferreira que, tentando fundamentar a exclusão dos pré-claridosos (com excepção do Eugénio Tavares e do Pedro Cardoso cultores do crioulo) da antologia *No Reino de Caliban* por ele organizada, considerou-os como meros antecessores dos fundadores da “verdadeira literatura caboverdiana, escrevendo o seguinte na nota introdutória à primeira parte da mesma antologia intitulada “Cabo Verde ou a Originalidade Crioula”: “Há um tal corte entre a poesia destes poetas e a dos homens da *Claridade* que é insustentável considerá-los precursores. Não pretendemos diminuí-los [...]. Nenhum deles pretendeu ser outra coisa mais do que poeta na sua terra – e compreende-se bem que desse modo tenha sido, pois a hora assim o determinava [...] Com efeito, por muito respeitável que tenha sido a actividade poética desses autores (José Lopes e Pedro Cardoso), eles ficarão como antecessores, e não como precursores. Eles serão o primeiro termo de uma relação. Eles antecedem, mas não alumiam, não predizem. Justificam, mas não

deixam adivinhar ou perceber a natureza do termo subsequente”.

Igualmente de condenação (ou, pelo menos, de muita incompreensão) é a postura de alguns claridosos de segunda vaga no que se refere à superlativização do movimento claridoso e à correspondente diminuição da praxis e à obra literárias dos pré-claridosos. É disso exemplo a reacção do certezista Guilherme Rocheteau inserta no artigo “Pontos de Vista” (Boletim Cabo Verde, Praia, 1952), em resposta a um artigo de José Lopes de rememoração e de homenagem aos seus correligionários, aos quais chamou “poetas esquecidos” publicado no número anterior da mesma revista), São disso ilustrativas as considerações do conceituado escritor fogueuse Henrique Teixeira de Sousa constantes de um seu artigo publicado no jornal “Tribuna”, na década de oitenta do século passado (“Claridade e Clarividência”) e da entrevista que concedeu a Michel Laban para o livro *Cabo Verde-Encontro com Escritores*, primeiro volume.

Sublinhe-se que a démarche encetada pelos claridosos e pelos seus seguidores, defensores, divulgadores e apaniguados, no sentido de se considerarem os fundadores da “verdadeira literatura caboverdiana” (e não só da moderna literatura caboverdiana) parece ter contaminado, até muito recentemente, a visão das várias gerações pós-1936 sobre a história literária das ilhas e dos seus principais protagonistas, nela incluindo não só as gerações neo-claridosas imediatamente seguintes como também as gerações contestatárias das décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XX.

Com efeito e não obstante as críticas acerbas desferidas aos supostos fatalismo e evasãoismo claridosos, as mesmas gerações nacionalistas sentiram-se na necessidade de se sustentarem no modernismo telúrico claridoso com o fito de ir mais além na sua saga de contestação da ordem social então reinante e de rebelde afirmação anticolonial.

Por outro lado e numa atitude da mais absoluta ruptura com a literatura produzida em Cabo Verde por filhos das ilhas na época anterior ao cabal enraizamento literário praticado pelos fundadores do movimento claridoso, os supra-referenciados alheamento temático e a linguagem grandiloquente, neo-camonianiana e classicizante dos pré-claridosos, nativistas e hesperitanos foram considerados, no plano da obra e da praxis literárias, como, de todo em todo, incompatíveis com a mundividência e a idiosincrasia crioulas, bem assim com a exigência da elevação política e literária do martirizado povo caboverdiano ao estatuto de actor principal das mudanças históricas, então consideradas inadiáveis pelos poetas e escritores da Nova Largada político-cultural, tais António Nunes, Aguinaldo Fonseca, Amílcar Cabral, Luís Romano, Gabriel Mariano, Ovídio Martins, T. T. Tiofe, Corsino

Fortes, Kaoberdiano Dambará, Oswaldo Osório, Mário Fonseca, Arménio Vieira ou Emanuel Braga Tavares, para somente considerar os que, pela qualidade da obra legada e pelas suas preocupações éticas e estéticas, se tornaram incontornáveis nas letras caboverdianas.

Deste modo, os pré-claridosos foram de novo levados ao banco dos réus, imputando-se-lhes desta feita, e ainda com maior veemência do que nos anos trinta, um inaceitável elitismo europeizante por força da sua extemporânea imitação dos modelos parnasianos e ultraromânticos da poesia portuguesa e, finalmente, da sua absoluta falta de autenticidade literária, por, em língua portuguesa, não fincarem suficientemente os pés no chão telúrico e escalavrado de Cabo Verde

O argumentário e a vociferação, historicamente pertinentes das gerações nacionalistas de cinquenta e sessenta do século XX (autoproclamada como “a geração que não vai para pasárgada”), ficaram plasmados em textos como “Apontamentos sobre a poesia caboverdiana” (Boletim Cabo Verde, Praia, 1951), de Amílcar Cabral, “Cabo-Verdianidade e Africanidade” (revista *Vértice*, Coimbra, 1954), de Manuel Duarte, e “Cabo Verde e a Revolução Africana” de A. Punói (pseudónimo de Manuel Duarte, cujo livro *Cabo-Verdianidade e Africanidade, e Outros Textos integra o panfleto político supracitado*), bem como no livro-manifesto *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana* (Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1963), a face ensaística e polemista mais visível dessas gerações contestatárias.

Nos textos e no livro-manifesto acima referidos, as gerações nacionalistas acusam ademais os pré-claridosos e os claridosos de não denunciarem suficientemente o sistema colonial, opressivo e alienante, e, implicitamente, de não terem ultrapassado a sua ambiguidade cultural e literária de *híbridos*, identificados, a um tempo, com a pátria monumental portuguesa e o torrão natal caboverdiano.

O libelo acusatório ressalva, no entanto, a obra do hesperitano Pedro Cardoso e do claridoso Manuel Lopes, o primeiro pelo seu nativismo e pan-africanismo, pelo seu progressivismo social e pela sua defesa intransigente do idioma crioulo e do homem de cor, o segundo pela sua obra de ficção (designadamente pelo romance *Chuva Braba*), que não pelo seu ideário político então tido por situacionista, pelo seu alegado evasãoismo poético e pela sua postura fatalista ante o eclodir das desgraças trazidas pelas secas vazada no romance *Os Flagelados do Vento Leste*, na senda, também evocada, do romance *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, cujo alegado tom resignativo foi também considerado inadmissível.

Acrescente-se que, independentemente das acusações desferidas contra o conjunto dos literatos pré-claridosos, o vate Eugénio Tavares sempre mereceu um ilimitado

respeito (e, até, a veneração), por parte de todas as gerações literárias caboverdianas quer pela mestria da sua prosa em língua portuguesa, quer ainda por sempre ter sido considerado um poeta maior das mornas e um grande cultor da poesia lírica em língua caboverdiana.

Reportando-nos a esses revolutos debates e aos passados e múltiplos libelos acusatórios desferidos por causa e em torno da identidade literária caboverdiana, convinha ter sempre em conta que a construção do sistema literário caboverdiano resultou de um processo de longa duração, remontando os seus primórdios à segunda metade do século XIX, como testemunham as obras de José Evaristo de Almeida, Guilherme Dantas, António Arteaga e de outros escritores caboverdianos de oitocentos e dos inícios de novecentos. O complexo processo de edificação das letras das ilhas teve como actores privilegiados diversos protagonistas e gerações literárias, todos muito engajados com a defesa dos interesses das gentes de Cabo Verde e sempre em busca da emancipação social e cultural do povo das ilhas e da melhor forma de traduzir o seu ser e o seu sentir, bem como a sua complexa inserção no mundo que, pelos, hoje em dia, cada vez mais desvendados sortilégios da história, lhe coube em sorte viver.

A este propósito escreve o prestigiado estudioso e divulgador das literaturas africanas de língua portuguesa e admirador confesso da literatura e da cultura caboverdianas, Manuel Ferreira, no estudo a que anteriormente se fez referência: "Ficara-lhes (ficou-lhes aos poetas do passado) a glória maior de construir os caboucos da literatura do seu país, o exemplo da sua cultura e erudição, da sua vida cívica exemplar, do enobrecimento da actividade cultural e literária, enfim, a gloriosa tarefa de partindo do zero, pedra a pedra, sem ajudas oficiais ou outras, completamente entregues a si próprios e com algum heroísmo, vencerem obstáculos e incompreensões mil, furtando-se aos golpes danados do sistema colonial, forjando as condições necessárias para que, no solene momento, estivessem criados os pressupostos essenciais, literários e ideológicos, que levassem ao nascimento da *Claridade* – o fogo novo e a nova esperança de uma nova idade".

Deste modo e de forma paulatina, e tantas vezes silenciosa, os pré-claridosos logram recuperar a legitimidade histórica que, definitivamente, os catapultará ao seu completo reconhecimento como autores caboverdianos de pleno direito e não só como *poetas de Cabo Verde* e, conseqüentemente, os integrará na corrente histórica insular como actores imprescindíveis ao longo processo da criação e da maturação de uma literatura de feição caboverdiana porque, em cada momento histórico determinado e em conformidade com as exigências e constrangimentos, identificada com as preocupações das suas gentes.

Interessante é circunstância de a revalorização plena do papel dos pré-claridosos ter-se engendrado exactamente quando a consagração dos claridosos atingia o seu apogeu, depois de alguma turbulência repulsiva do seu ideário político-ideológico e de parte do seu legado literário no imediato pós-independência. Apogeu que, em 1986, ficou ilustrado na pompa das comemorações oficiais do cinquentenário da fundação da revista *Claridade*, com destaque na realização do Simpósio *Claridade*, e na qual uma visão enaltecida da obra claridosa de *finçar os pés no chão de Cabo Verde* como necessária, e até indispensável predecessora da independência política escorre pelo discurso dos libertadores da "pátria africana do meio do mar", que, assim, se sentia soberanamente legitimado para propugnar a reconciliação com os claridosos mediante a sua consagração e do movimento que criaram e alimentaram como os obreiros da proclamação da independência literária de Cabo Verde.

Esse discurso de reconciliação parecia fazer eco às considerações de Manuel Ferreira insertas no prefácio acima referido logo a seguir às notas de revalorização da obra literária dos pré-claridosos: "Na verdade, alguma coisa de inédito, e fulgurantemente, vinha nascendo e desenvolvendo-se por entre as camadas culturais da população. Muita coisa, tanta coisa fez uma época diferente – e essa diferença assumida e expressa pela *Claridade* rasga em direcção ao futuro o caminho para a independência literária, cultural e, conseqüentemente política, num discurso que se quis afinadamente regional e, sendo-o, tornou-se, fundamentalmente, pela primeira vez, afirmação inequívoca da nacionalidade.

Anote-se que a nova postura de reabilitação e revalorização dos chamados escritores pré-claridosos ("os poetas esquecidos", do texto de José Lopes) teve como marco inicial pós-colonial o estóico e esclarecido trabalho de Félix Monteiro no sentido da reedição das "páginas esquecidas" de Eugénio Tavares e de Guilherme Dantas, primeiramente na revista praiense *Raízes* (1977-1984), depois culminando na publicação dos três volumes da obra completa de Eugénio Tavares, da poesia escolhida (*Montes Nevados*) de Guilherme Ernesto (pseudónimo de Félix Lopes da Silva), com prefácio de Baltasar Lopes da Silva, das *Poesias Escolhidas* de Guilherme Dantas e das *Poesias* de Januário Leite (ambas com prefácio de Arnaldo França). Outros autores pré-claridosos, com destaque para José Evaristo de Almeida (autor de *O Escravo*, o primeiro romance de temática caboverdiana, editado pela primeira vez em 1856, e reeditado pela ALAC, de Manuel Ferreira), Pedro Cardoso e Juvenal Cabral, viram igualmente parte substancial da sua obra em prosa ser editada ou reeditada por entidades públicas e privadas.

Por outro lado, escritores de filiação neo-claridosa que, anteriormente se distanciaram de forma por vezes

ostensiva da *praxis* cívica e literária dos pré-claridosos, mudaram radicalmente de atitude e inscreveram-nos na sua obra ficcional como importantes personagens das ilhas, para mais totalmente identificadas com os problemas e as preocupações das suas gentes. São disso exemplos lapidares os romances *Capitão de Mar e Terra e Ó mar, de turbidas vagas!*, de Henrique Teixeira de Sousa, em relação às figuras de José Lopes, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, e *Manduna de João Tienne*, de Pedro Duarte, em relação a Pedro Cardoso.

A reinterpretção dos *trabalhos e dos dias* da *praxis* cultural, cívica e política dos letrados pré-claridosos, claridosos e, em parte, certezistas, e da sua bipatridia (cívico-política, cultural e literária, no caso dos pré-claridosos, tão somente cívico-política e cultural no caso dos claridosos e de alguns certezistas, consabidamente fatores da (quase) exclusividade temática caboverdiana no plano literário) tem sido igualmente objecto, nos tempos mais recentes, de trabalhos de análise e de investigação de vários estudiosos caboverdianos, de entre os quais se destacam José Carlos Gomes dos Anjos (*Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*), João Manuel Nobre de Oliveira (*A Imprensa Cabo-Verdiana*), Gabriel Fernandes (*A Diluição de África e Em Busca da Nação*), Onésimo Silveira de um importante ensaio constante do livro da sua autoria *A Democracia em Cabo Verde*, Manuel Brito-Semedo (*A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*), António Leão Correia e Silva de um estudo seu sobre o proto-nacionalismo caboverdiano, constante do mais recente livro de Aristides Pereira (facto em si muito sintomático), tendo o próprio autor das presentes linhas publicado um longo ensaio sobre o assunto (*Funcionalização político-ideológica e síndromes de orfandade nos discursos identitários caboverdianos* (separata da revista *Direito e Cidadania*, número especial, Cabo Verde – Três Décadas Depois).

Autores estrangeiros têm-se igualmente debruçado sobre a obra cívico-política e literária dos nativistas, destacando-se neste âmbito, de feição quase exclusivamente académica, o Professor Alfredo Margarido (destacando-se o seu texto de introdução à reedição de *Folclore Caboverdeano*, de Pedro Cardoso), o Professor Alberto Carvalho, o Mestre José Guimarães (*A Difusão do Nativismo em África – Angola e Cabo Verde, Séculos XIX e XX*), o Doutor Augusto Nascimento (de um ensaio constante da colectânea de estudos e ensaios *O Ano Mágico de 2006*).

Como é de toda a evidência e ficou especialmente analisado nos autores acima referidos, os questionamentos acima dissecados, quando explicitados na sua formulação excludente e exclusivista, pertencem à História e às suas mais sagradas e inapagáveis relíquias. A maturidade actual do olhar sobre a nossa história cultural e a nossa

contemporaneidade literária torna-os obsoletos e, até, risíveis, se observados a partir dos contextos específicos do nosso tempo e a partir do prisma da necessidade de terçar de armas no plano da pertinência, da maturação e da afirmação dos diferentes cânones estéticos e das diversas tendências estético-ideológicas, bem como da sua adequação à realidade das eventuais atribulações existenciais das criaturas nossas semelhantes e da humanidade singular do homem cabo-verdiano que se quer resgatar e transcendentalizar pela linguagem.

São as exigências da temporalidade histórica e da plena emergência da identidade literária caboverdiana que explicam a conjugação em Cabo Verde, como no Brasil, do modernismo, do regionalismo e do telurismo e a irrupção do que Onésimo Silveira denominou, um tanto imprópriamente na nossa opinião, num dos ensaios integrantes do livro *A Democracia em Cabo Verde de nativismo literário dos claridosos*.

O contexto, passado e presente, de acesos e profícuos debates e, por vezes, de ferozes ataques de parte a parte das trincheiras literárias e dos “altos comandos” das análises, tanto as mais impressionistas como as académicas, ataves esses desferidos, é certo, em livre exercício do direito de crítica e de opinião e da expressão das legítimas razões que as possam eventualmente fundamentar (incluindo as atinentes ao gosto e aquelas outras alicerçadas num saber mais academicamente sustentado), não nos pode levar – a nós, amantes confessos da *civilização do universal*, inabaláveis defensores do pluralismo estético e cultores convictos tanto do telurismo identitário como também dos vários outros rostos das modernas correntes e estirpes poéticas caboverdianas e não só – a ignorar que, do processo de completo enraizamento literário da caboverdianidade e da correlativa afirmação de uma identidade literária isleña plenamente autónoma, resultaram dois fenómenos de muita relevância na história literária caboverdiana:

- 1 Por um lado, a vituperação quase unânime e por modos diversos, em especial pela rasura, por tempo demasiado, da memória nossa das ilhas e da historiografia das literaturas africanas de língua portuguesa dos chamados escritores pré-claridosos, nativistas e hesperitanos
2. Por outro lado, a ostracização da escrita de quaisquer poetas e escritores caboverdianos modernos que intentassem desviar-se dos cânones claridoso, neclaridoso e nova-largadista, entretanto tornados quase exclusivos, e se atrevessem, sobretudo se motivados em pretensas ou reais *veleidades metafísicas ou cosmopolitas*, a fugir ao teluricismo atávico dominante, tanto nos tempos de outrora, como nos tempos de agora.

Seria este o lado mais controverso e menos positivo de alguma recepção crítica desses tempos clari-

dosos, nova-largadistas e neo-claridosos da literatura caboverdiana passada e contemporânea. Lado mais controverso e menos positivo dessa recepção, crítica e não só, em razão sobretudo da sua natureza demasiado excessiva na sua exclusivista valorização do telurismo, quer o de teor identitário de feição claridosa, quer o de rebelde e combativa interpelação e “irritada postulação da fraternidade”, no dizer de Aimé Césaire, retomado por Mário Fonseca no posfácio do seu livro *Se a Luz é para Todos*.

Felizmente que também neste domínio as vontades parecem ter mudado de forma quase radical com os novos tempos de distensão político-cultural e da emergência de consensos mais alargados e fundamentados em torno do reconhecimento do papel e do protagonismo dos diferentes actores da história caboverdiana bem como dos valores em si que representam o pluralismo estético e a produtiva coexistência – ainda que na exiguidade insular e diaspórica do nosso espaço nacional e do nosso tempo histórico – de diferentes escolas e estirpes literárias, como, aliás, consagrados de forma inequívoca tanto nos Estatutos da Associação de Escritores Caboverdianos, de 1989, como também no Manifesto do Primeiro Encontro de Escritores Caboverdianos, de 1993.

Sintomático da nova visão do poder político-cultural, da academia e dos vários actores culturais da sociedade caboverdiana pós-colonial em relação aos letrados pré-claridosos é a oficialização do dia do nascimento de Eugénio Tavares a dia da cultura caboverdiana e, assim, a elevação do plumitivo genial e do poeta de grande craveira a patrono dessa mesma cultura, bem como a atribuição do nome de Pedro Cardoso ao mais importante prémio literário a obras escritas em língua caboverdiana, entre outros numerosos actos de consagração e de homenagem.

Infelizmente e a despeito do carácter diversificado da obra que vem sendo construída por muitos poetas caboverdianos contemporâneos (alguns até da sua mais íntima louvação e /ou pública predilecção, como é o caso do autor das presentes linhas), alguns críticos persistem no mesmo arreigado e exclusivista apego ao telurismo e, por razões muitas vezes de origem extra-literária, continuam a saga das tentativas de marginalização e de exclusão de todas as outras correntes estéticas cultivadas por escritores caboverdianos e africanos em geral, com destaque para as de teor metafísico e de indagação existencial.

Seria este o lado mais controverso e menos positivo de alguma recepção crítica dos tempos claridosos, nova-largadistas e neo-claridosos da literatura caboverdiana passada e contemporânea.

Felizmente que também neste domínio as vontades parecem ter mudado de forma quase radical com os novos tempos de distensão político-cultural e da emergência de

consensos mais alargados e fundamentados em torno do reconhecimento do papel e do protagonismo dos diferentes actores da história caboverdiana bem como dos valores em si que representam o pluralismo estético e a produtiva coexistência – ainda que na exiguidade insular e diaspórica do nosso espaço nacional e do nosso tempo histórico – de diferentes escolas e estirpes literárias, como, aliás, consagrados de forma inequívoca no Manifesto do Primeiro Encontro de Escritores Caboverdianos, de 1993.

Sintomático da nova visão do poder político-cultural, da academia e da sociedade caboverdiana pós-coloniais em relação aos letrados pré-claridosos é a oficialização do dia do nascimento de Eugénio Tavares como o dia da cultura caboverdiana e, assim, a elevação do plumitivo genial e do poeta de grande craveira a patrono-mor dessa mesma cultura. Eugénio Tavares que foi galardoado a título póstumo, em 1995, pelo Presidente Mascarenhas Monteiro com a Ordem do Dragoeiro, de primeira classe, a mais alta condecoração do Estado de Cabo Verde, na área da cultura, tendo sido os demais nativistas e pré-claridosos (como José Lopes, Pedro Cardoso e Januário Leite) sido condecorados com a Ordem do Dragoeiro, de segunda classe, e a Ordem do Vulcão. Igualmente elucidativa é a atribuição do nome de Pedro Cardoso ao mais importante prémio literário a obras escritas em língua caboverdiana, entre outros numerosos actos de consagração e homenagem pós-coloniais aos mais diversos protagonistas da saga literária literária e cultural caboverdiana.

Todos os supra-referidos actos, sumamente carregados de simbolismo, tiveram as suas primícias no acto de reposição, em 1985, do busto de José Lopes no lugar de onde fora apeado em resultado dos eventos de ruptura político-cultural que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 e precederam a independência política de Cabo Verde. Eventos, aliás, polémica e desassombadamente relatados por Teixeira de Sousa no romance *Entre Duas Bandeiras*, de fervoroso ajuste de contas com os defensores da soberania de Cabo Verde no quadro do projecto da unidade Guiné-Cabo Verde e da identidade africana das ilhas propugnadas pelo PAIGC.

Interessa agora reconhecer os nativistas na plenitude da sua obra que, como se vem sabendo, extravassa a obra estritamente literária e cultural, para se espriar pela obra cívico-política e pelo seu verbo erudito, destemido e virulento em sua corajosa pugna pela emancipação social e cultural do povo caboverdiano, pela igualdade de direitos e de oportunidades entre todos os cidadãos, pela liberdade e pela democracia em Cabo Verde e na pátria que nos cabe em cada momento histórico das nossas vidas. Deste modo, seriam também valorizados aqueles nativistas que, ciosos dos interesses de Cabo Verde e das suas gentes e donos

de penas eficazes na defesa desses interesses, todavia não atingiram as cumeadas frequentadas por Guilherme Dantas, José Evaristo de Almeida, Eugénio Tavares, José Lopes, Pedro Cardoso ou Januário Leite. Sirvam como exemplos António da Paula Brito e Luís Loff de Vasconcelos, entre muitas outras figuras proeminentes.

Feito esse reconhecimento, estariam quase saldadas as nossas dívidas com esses nossos grandes antepassados.

E, estamos certos, que a melhor expressão desse reconhecimento é a publicação de toda a sua obra e a sua respectiva introdução no ensino caboverdiano.

Tanto mais que muitas das facetas mais anatemizadas da obra literária e da escrita jornalística e ensaística dos nativistas (impropriamente chamados pré-claridosos), qual sejam o verbo erudito, o domínio das nuances mais misteriosas de uma das nossas línguas de cultura e de labor literário, o culto das formas fixas (com destaque para o soneto), uma certa grandiloquência discursiva, etc., vêm sendo devidamente revalorizadas e devidamente incorporadas na criação das novas gerações, com o devido crivo dos nossos tempos, das suas angústias, dos seus desafios, das suas marcas.

### **3 Um caso já antigo de ostracização literária. A experiência universalizante de João Vário**

#### **3.1 Um processo meditado, complementar e polêmico**

Um caso exemplar, flagrante, paradigmático e tornado célebre da acima referida ostracização literária foi o ocorrido com João Vário (um dos nomes literários de João Manuel Varela).

João Vário foi o primeiro poeta moderno caboverdiano a reencetar a experiência poética de pendor universalizante com *Horas Sem Carne*, livro marcante da sua estreia poética, publicado em 1958/59 e repudiado, pouco tempo depois, pelo autor, por alegadamente resultar da “má factura de um poeta neófito”.

A despeito da sua retirada do mercado, excertos e poemas do mesmo livro foram integrados (à revelia do autor, depreende-se) em antologias marcantes como *Modernos Poetas Cabo-Verdianos* (Edições Henriquinas, Imprensa Nacional, Praia, 1962), de Jaime de Figueiredo, ou *No Reino de Caliban*, de Manuel Ferreira. A atestar a valoração estética positiva dessa poesia por parte desses antologizadores, mesmo se, por vezes, considerada “desfasada” de uma realidade estritamente caboverdiana, tenham-se em conta as seguintes palavras de Jaime de Figueiredo: “João Vário nos primeiros passos ainda da realização poética, surge revestido de forte armadura de conceitos de ordem metafísica, e entre bela construção de palavras, e imagens, debate-se em íntimas contradições,

cujas problemática profunda não se desprende de válido conteúdo existencial” (Prefácio a *Modernos Poetas Cabo-Verdianos*).

Seguem-se os vários *Exemplos*, dados a lume, desde os princípios dos anos 60, primeiramente em forma de excertos na revista coimbrã *Êxodo* e depois em livro, num total, até agora, de nove dos doze anunciados pelo seu autor, falecido em Julho de 2007, e datando o primeiro livro, o *Exemplo Geral*, de 1966.

Trata-se de um conjunto de longos poemas narrativos, de interpretação ontológica, para usar a terminologia ensaística de T. T. Tiofe, organizados em “Cantos”, abertos e fechados por uma “Ode”. Dois dos *Exemplos* (*Exemple Restreint* e *Exemple Irreversible*) foram escritos em francês, tendo o autor anunciado a ultimação de dois volumes em inglês (*European Example* e *American Example*).

Assinale-se que a poesia de João Vário representa somente uma das faces (quicá a mais complexa porque nutrindo-se de fontes, temas, motivos, discursos e saberes de mais difícil descodificação) do rosto poético de João Manuel Varela, sendo as outras aquelas que se encontram representadas na poesia épico-telúrica de temática caboverdiana de *O Primeiro e O Segundo Livro de Notcha*, de T. T. Tiofe, e em *Sturiadas*, de G. T. Didial, livro inédito anunciado pelo autor como sendo um poema épico incidente sobre a história de África e as independências africanas. Excertos de *Sturiadas* foram publicados, já depois do falecimento de João Manuel Varela, em *Destino de Bai-Antologia de Poesia Inédita Cabo-Verdiana*, organizada pelo jornalista português Francisco Fontes e que reúne, no mesmo volume, textos poéticos tanto de alguns dos maiores poetas consagrados caboverdianos como de muitos (e, bastas vezes, incipientes) principiantes nas lides da poesia. Sublinhe-se ainda que a poesia constante de *Sturiadas* é atribuída a G. T. Didial, nome literário que, como referido anteriormente, também subscreve a obra ficcional e alguns textos ensaísticos de João Manuel Varela.

Como acima aludido, a experiência poética universalizante valeu ao poeta João Vário a ostracização por parte da generalidade dos literatos e ensaístas nacionalistas e teluricistas caboverdianos da sua geração e da geração seguinte.

Essa ostracização que começou por assumir a forma de ostensiva ignorância dos *Exemplos* que Vário ia entretanto dando à estampa em edição de autor e em limitadíssimas tiragens, distribuídas de forma artesanal a um restrito grupo de amigos, amantes das letras e outros eleitos, resvalou para a marginalização crítica e a estigmatização político-ideológica (como ilustrado no caso do muito abrangente primeiro volume da antologia *No Reino de Caliban*, dedicado de forma esmagadora à

poesia de Cabo Verde) para atingir foros de ostensiva hostilidade no imediato pós-independência. A hostilização estético-ideológica tornou-se quase *epidérmica e de carácter pessoalizado* quando Vário, numa conferência realizada na Cidade da Praia, nos idos de de 1975 (ou 1976) considerou largamente medíocre a poesia modernista (ou versilibrista) produzida até então em Cabo Verde, mormente aquela produzida pelas gerações nacionalistas, tendo contudo o cuidado de, curiosamente, ressaltar e ressaltar grande parte da poesia de Jorge Barbosa, mesmo se também alcandorando a sua própria poesia (e dos outros heterónimos de João Manuel Varela) aos píncaros da constelação poética caboverdiana.

A acima referida hostilidade chegou às polémicas páginas da secção cultural do recentemente fundado semanário único e oficioso *Voz di Povo, passando depois* pelas páginas da revista *África – Literatura, Arte e Cultura (ALAC)*, fundada e dirigida por Manuel Ferreira. É nesta última revista que é perpetrado o maior ataque à poesia de João Vário pela pena do professor universitário norte-americano Russel Hamilton, à semelhança, aliás, do que havia ocorrido no livro *Voices of an Empire-The Afro-Portuguese Literature (Literatura Africana. Literatura Necessária, na tradução portuguesa)* do mesmo académico.

Ataques esses a que, segundo explica o próprio João Manuel Varela pela pluma de um dos seus heterónimos, Vário foi impedido de responder devido ao fechamento das páginas da revista *África* (e, depois de devidamente solicitada, da revista *Ponto & Vírgula*) à publicação do texto de resposta e desagravo que, muitos anos mais tarde, integraria a edição de *O Primeiro e O Segundo Livros de Notícia*, com o título *Oitava Epístola ao meu Irmão António – Dos Desacertos da Crítica*, assinado por T. T. Tiofe.

Nesse texto, João Manuel Varela ajusta, pela interposta pessoa do seu heterónimo T. T. Tiofe, as suas velhas contas com a crítica académica, com destaque para aquela representada pelos universitários Russel Hamilton e David Brookshaw, bem assim com os críticos impressionistas da geração dele contemporânea que, amiúde, tinham apodado o seu heterónimo João Vário de *poeta desenraizado*, por isso muito merecedor de definitiva irradiação da literatura caboverdiana.

Assinale-se que, à primeira vista, João Manuel Varela pareceu compreender e, até, aceitar as alegações de desenraizamento veiculadas contra a poesia de João Vário pelos poetas nacionalistas e teluricistas dele contemporâneos, quando, na introdução da primeira edição de *O Primeiro Livro de Notcha*, escreveu, pela pena de T. T. Tiofe, que até então tinha dado a público, sob o pseudónimo de João Vário, “uma poesia que nada tinha a ver com os problemas específicos de Cabo Verde”. Sublinhe-se a aparente concordância com as considerações de Manuel

Ferreira nas considerações relativas aos “Poetas das sete partidas”, secção da antologia *No Reino de Caliban* na qual integrou excertos da poesia de João Vário, retirados dos livros *Horas sem Carne, Exemplo Geral e Exemplo Relativo* (de 1968): “(...) depois de discretos vestígios insulares, que se apreendem no seu primeiro livro, *Horas sem Carne*, e a que terminou por renunciar, abertamente perfilhando uma atitude poética de desenraizamento caboverdiano, partidário da poesia pura”.

Na verdade, T. T. Tiofe repudiou veementemente essas críticas, sobretudo quando se pretendeu tornar a sua eventual pertinência extensiva à poesia do *Primeiro Livro de Notcha*. A essas críticas respondera, aliás, T. T. Tiofe iniciando, em 1961, a escrita da obra que a sua geração alegadamente *dele aguardava*, e que viria a ser entregue para publicação a uma editora caboverdiana logo depois do 25 de Abril de 1974, tendo vindo a lume em 1975.

Sublinhe-se, pois, que a escrita de *O Primeiro Livro de Notcha* foi iniciada pouco depois de João Vário ter encetado a elaboração dos *Exemplos*. A escrita das duas obras complementares iniciou-se, assim, quase simultaneamente no dealbar dos anos sessenta, como explica o próprio T.T. Tiofe no prefácio a *O Primeiro Livro de Notcha*, e reitera em algumas das *Epístolas ao meu irmão António*.

Quanto ao epíteto *negro greco-latino* utilizado na fala chã e telúrica de Bia d’Ideal, reprodutora da erudição de Corsa d’David (um quase pseudónimo de Corsino Fortes para a poesia escrita em crioulo), no poema “Carta d’ Bia d’Ideal” do livro *Pão e Fonema*, cremos ser possível constatar nela uma irónica censura a Junzin (nome que integra um outro heterónimo (G. T. Didial) de João Manuel Varela para a área da prosa de ficção e ensaística), agora chamado João Vário ou T. Thio Tiofe, por parte da mãe Bia, pelo seu alegado distanciamento das coisas caboverdianas e da “água da nossa segura”.

Concomitantemente e na sequência seguinte do mesmo poema, a voz erudita e lusógrafa do poeta Corsino Fortes detecta a permanência das fontes e das ressonâncias islenhas na poesia tanto de T. T. Tiofe como de João Vário: “Junzin! Até na boca de Solvente/bô nome agora é Vário ô T. Thio Tiofe/ E Corsa de David dzê/ C’ma bô é um negro negro greco-latino/Ma! Dvera dvera/ As ondas/ já trepam/ os degraus do teu poema/ E quebram no violão da ilha/ Tectos da Europa/ sob as nossas cabeças”.

Reconhecendo que Vário foi “vítima inicial de uma injusta e generalizada acusação de desenraizamento”, explica Arnaldo França tal atitude “por os condicionismos epocais marginalizarem qualquer não comprometimento evidente à autonomia nacional” (“Evolução da literatura caboverdiana”, in *Descoberta das ilhas de Cabo Verde* (edição bilingue português/francês), Editions Karthala, Paris, 1998).

Ressalve-se todavia que são por demais conhecidos os pergaminhos nacionalistas de João Manuel Varela, durante muito tempo exilado na Bélgica em razão da sua oposição ao colonial-fascismo, tendo sido o “Discurso V” (publicado em 1972 na revista *Nós Vida*, de Roterdam, e, depois de revisto, integrado na segunda edição de *O Primeiro Livro de Notcha*, de T. T. Tiofe) o primeiro poema de um vate caboverdiano a abordar em estilo épico a saga libertadora da luta armada dos movimentos africanos de libertação nacional contra a dominação colonial portuguesa, em particular, a do PAIGC conduzida por Amílcar Cabral.

Ultrapassados os constrangimentos epocais referidos por Arnaldo França, já na década de oitenta do século passado, podia Oswaldo Osório homenagear o poeta João Vário num dos poemas do livro *Clar (a) idade assombrada*: “ó vár.../ varão ilustre que cavalgas o dorso do mundo/ nosso epos após ti!”.

Anote-se que, a despeito da hostilização e da ostracização a que acima se fez referência em contaponto, aliás, às encomiásticas palavras de Jaime de Figueiredo de incentivo ao jovem poeta revelado em *Horas sem Carne*, a poesia de João Vário merecera o reconhecimento de intelectuais e críticos como Jorge de Sena, João Gaspar Simões e António Ramos Rosa, tendo-o este último incluído nas suas *Líricas Portuguesas*. Deste modo, Vário seria dos raríssimos caboverdianos a integrar *As Líricas Portuguesas*, para além de Jorge Barbosa e do luso-caboverdiano António Pedro Costa.

Em 1998, João Manuel Varela regressa definitivamente a Cabo Verde, onde viria a falecer em Julho de 20007.

Na sequência desse regresso definitivo e da sua instalação na sua cidade natal do Mindelo, viria a exercer as funções de professor universitário, fundaria a Academia de Culturas Comparadas, dotando-a de uma revista de investigação, a *Anais*, daria à estampa o seu mais novo *Exemplo*, o nono, intitulado *Exemplo Coevo* e o segundo volume dos *Contos da Macaronésia*, e, finalmente, criaria uma editora, A Pequena Tiragem, que viria a encarregar-se de reunir e dar à estampa em volumes únicos os nove livros de Vário anteriormente publicados (os célebres *Exemplos*) e dois dos três anunciados Livros de Notcha, de T. T. Tiofe.

Sublinhe-se que, até então, a obra poética de João Vário, tinha sido quase inacessível ao público caboverdiano e, em especial, às novas gerações caboverdianas.

A obra literária assinada pelos restantes nomes literários de João Manuel Varela, designadamente *O Primeiro Livro de Notcha*, de T. T. Tiofe bem como o romance *O Estado Impenitente da Fragilidade* e o primeiro volume dos *Contos da Macaronésia*, de G. T. Didial tinham sido anteriormente editados em Cabo Verde, o de poesia em 1975 pela Gráfica do Mindelo, e os de prosa de ficção

a partir de 1986 pelo Instituto Cabo-Verdiano do Livro. Na altura da sua edição tiveram amplíssimas repercussões na configuração das novas correntes estéticas abraçadas pelas novas gerações literárias.

Na sequência da edição das obras assinadas pelos seus diferentes heterónimos, especialmente da obra reunida de João Vário, João Manuel Varela, que já gozava de grande prestígio intelectual em razão do seu labor científico como neuro-cientista e das suas descobertas nesse campo, viria, agora por via dos seus vários heterónimos, a granjear, com absoluto merecimento, amplo reconhecimento público da intelectualidade literária caboverdiana, em especial das novas gerações de poetas e ficcionistas.

O literato polifacetado passou assim a ser quase unanimemente apontado como o mais provável vencedor do Prémio Camões, quando finalmente chegasse a vez de Cabo Verde, malgrado que fora a postulação pública a favor de Manuel Lopes, entretanto falecido, e ignorados que tinham sido os escritores Gabriel Mariano e Teixeira de Sousa, também eles na altura importantes ícones da literatura caboverdiana e agora na memória colectiva do povo das ilhas e das suas letras.

Tanto mais que a obra literária de João Manuel Varela apresentava-se esmagadora na sua dupla faceta poética dos *Exemplos*, de João Vário, e de *O Primeiro e O Segundo Livros de Notcha*, de T. T. Tiofe, e na sua inovadora vertente ficcional com *Os Contos da Macaronésia* e o romance *O Estado Impenitente da Fragilidade*, de G. T. Didial.

### 3.2 A cultura ocidental como arma miraculosa

João Vário perfila-se pois não só como a mais célebre vítima e o mais conhecido alvo das diatribes dos guardiães da “monocultura identitária”, como também aquele, que intelectual apetrechadíssimo, não deixou os seus créditos em mãos alheias e, pela pena impiedosa de T. T. Tiofe, respondeu à letra ao que ele próprio designou por “desacertos da crítica” de alguns escribas paternalistas numas das suas doravante famosas “Epístolas ao meu irmão António” designadamente na “Oitava Epístola ao meu irmão António - Dos Desacertos da Crítica” (in *O Primeiro Livro de Notcha e O Segundo Livro de Notcha*, Ed. Pequena Tiragem, Mindelo, 2001).

Problemáticas várias e de inegável interesse foram abordados nesses verdadeiros ensaios, nesses autênticos e hermenêutica literária e de exegese e enquadramento histórico-literário da obra de lavra própria e da lavra de outros poetas, caboverdianos e não só, e que o autor (o heterónimo T. T. Tiofe), talvez pretendendo remeter e aludir às epístolas bíblicas como, aliás, é recorrente na sua obra, denominou de epístolas.

É assim que, referindo-se à universalização (tanto no sentido da assimilação crítica das técnicas incorporadas

na grande poesia do mundo, como no sentido de *des-telurização* na temática, nos motivos e/ou na linguagem), proposta e praticada pelos mais conhecidos heterónimos poéticos de João Manuel Varela, bem como por uma franja significativa de poetas caboverdianos contemporâneos, diz T. T. Tiofe numa dessas epístolas ao seu irmão António Neves (“Segunda Epístola ao meu irmão António – A propósito de Pão e Fonema, de Corsino Fortes”, in *O Primeiro Livro de Notcha e O Segundo Livro de Notcha*, Edições Pequena Tiragem, Mindelo, 2001): “sirvo-me da cultura ocidental como duma arma miraculosa, como dizia Césaire, para elaborar a partir de coisas nossas, de raízes específicas, uma poesia de interpretação ontológica ou uma poesia cabo-verdiana de *vigor novo*. E para ter uma *consciência aguda* deste mundo ou deste século. Admito, como Senghor, que tudo é mais fecundo adentro duma tal mestiçagem cultural”.

Dissecando especificamente a poesia do heterónimo que se ocupa da poesia ontológico-metafísica, sublinha o autor na “Oitava Epístola ao meu irmão António – Dos Desacertos da Crítica” (in obra supra-citada): “O esforço de Vário, quando escreve, consiste em ter presente, tanto quanto possível, no seu espírito ou na sua arte poética, toda a tradição (ou as técnicas significativas) da poesia universal”.

Num outro momento da mesma epístola e prosseguindo na análise da poesia de João Vário, escreve T. T. Tiofe: “Essa poesia ontológica surpreendeu muitos compatriotas ou não foi, simplesmente, aceite [...] embora como frisei algures (cfr. entrevista a Filipe Correia de Sá, *Voz di Povo*, 1992) espante que num país, como o nosso, com um passado de mortes, pela fome, pela doença, uma história de múltiplas carências várias, tal como o próprio continente, não tenha visto de imediato que isso levava, naturalmente, a reflectir sobre a vida, o destino, a mortalidade, numa palavra, sobre a condição humana, que tudo isso levaria a seu tempo a uma criação literária de índole ontológica, que poderia dar a impressão de nada ter a ver com o arquipélago, mas que, no entanto, estaria a ela ligado por essa reflexão assim suscitada. Uma problemática que provocaria, algum dia, o aparecimento dum poeta, duma poesia dessa natureza no seu seio. Tive a má ou a boa sina, enquanto João Vário, de ser o primeiro desse tipo de poeta, de forma mais manifesta, porque já tenho dito que tal também é o caso da poesia de Osvaldo Alcântara”.

Numa entrevista, estruturada em forma de ensaio, concedida a Danny Spínola (“Uma Entrevista Possível”, in *Evocações*, IBNL, 2002) debruça-se João Vário especificamente sobre a questão da linguagem na poesia constante de *Exemplos*: “Para a longa poesia narrativa, tal a minha, como geralmente para outras formas de criação de certa extensão, as dificuldades surgem no essencial ao

nível da articulação, da textura, que deve criar variação e diversidade para evitar a monotonia, ou a linearidade narrativas, que podem desbotar ou sufocar o texto; os ingredientes usuais do verso devem ser trabalhados na perspectiva da arquitectura global da obra, que não deve ser fruto apenas da palavra, por mais sedutora ou bela que seja; o suporte mais fiável e mais sólido para esse tipo de poesia deve ser *uma reflexão*, presente em cada página. Esta reflexão estabelece os alicerces dos versos, fornece-lhes o léxico e o ritmo, as unidades estruturantes de som e sentido”.

Prossegue João Vário na mesma entrevista: “Estou convencido de que é neste tipo de poema que o extracto das ideias metafísicas se apresentam como verdadeiramente crucial, porque é um motor ou promotor dos nexos e do temperamento órfico do discurso, quando os restantes extractos dão mostras de estagnação, de esgotamento e de impasse, apesar da pesquisa de diverso teor que tiver preparado a escrita [...]. Como se depreende da obra de grandes mestres do longo poema narrativo, Homero, Virgílio, Dante, Milton, Eliot, Pound, Perse, a reflexão é o fio da meada: dita a regra de ouro da construção, da coesão, do comprometimento entre a unidade e a variedade, e alinha tudo, uma espécie também de fio-de-prumo. Chamei a esse fio de meada e fio-de-prumo metafísicos, no caso da minha poética, a *cogitação irrepreensível*”.

Desenvolve o poeta, mais à frente: “O que tinge a voz de um poeta tão originalmente [...] é sobremaneira o que a reflexão faz do léxico ou o que exige que ele faça, *a inesperada metamorfose que ela opera com palavras comuns*, a bem do esplendor e de uma luz que não se esperava que fosse própria do homem. Porque descobrimos com uma tal leitura que são do homem, estamos inclinados a pensar ou sentir que um tal verbo do homem se fez deus, pois que criou um mundo. Dessa desmesura se lembrará sempre a poesia, já que é ela que nos induz em tal êxtase, tal conjectura, tal sopro de eternidade”.

Conclui João Vário: “A *cogitação irrepreensível*, que também recolheu todos os prefácios aos mais diversos sortilégios, porque é assim que, com intermitência, pode decalcar o texto do destino, a estupefacção mais barroca possível para semear a *sonoridade metafísica*, a versão que o poeta privilegia da verosimilhança”.

Quanto ao instrumentário imagético utilizado na obra e à sua *intensa congruência* com a reflexão, diz o autor: “como é feito o utensílio, a metáfora pode ser inferido do que se tem dito: é feita, por via de regra, de palavras abstractas fornecidas por uma meditação sobre o mal, o sofrimento, o perdão (ou a misericórdia) e o carácter imponderável da verosimilhança, esses meus temas primordiais. Ou seja, há uma estrutura gnoseológica produzindo e manipulando o estado da metáfora, ou da

semântica, se preferir. Quando não é assim, é porque por amor da beleza, não quis que a opacidade do mundo passasse à frente da leveza do lirismo e da primeira sensibilidade, a que tudo entende atravessando esse miolo alegre da consciência e do tempo”.

Na alocução que proferiu, em Paris, em 1984, por ocasião do Colóquio Internacional sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, João Manuel Varela considera o “período actual”, subsequente ao chamado período de cantalutismo, que se estenderia de 1963 a 1975, como de “procura de inefável identidade”. Segundo o exegeta, seria característico desse novo período uma poesia, da qual “dimana um tom novo” que “nada tem a ver com os problemas específicos de Cabo Verde” e que “começa a pensar Cabo Verde, não mediante interpretações limitadas a dados geopolíticos restritos, circunstanciais ou locais, mas no seio da cadeia de peripécias ontológicas, que fazem o homem universal pelas pulsões gerais, que não pela veracidade transitória, imposta pelas conjunturas, mesmo inóspitas e falazmente definidoras de individualidade ou identidade” (“Artefactos poéticos e Arte poética na poesia caboverdiana. Reflexões sobre os últimos cinquenta anos da poesia caboverdiana” in *Literatures Africaines de Langue Portugaise, Actes du Colloque International*, Fondation Calouste Gunbelkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1984).

Finalmente, assinala o mesmo autor ainda na “Oitava Epístola ao meu Irmão António - Dos Desacertos da Crítica”(in obra supra-citada): “há já alguns anos que muitos patrícios começaram não só a aceitar esse tipo de poesia, como a praticá-la. Em suma, *mudou-se de paradigma*”.

#### 4 Notas finais e conclusivas

Felizmente, a literatura caboverdiana logrou superar, e com inegável sucesso, as reais e supostas crises de identidade que marcaram o processo da sua emergência, da sua autonomização e da sua consolidação como sistema literário, aliás concomitantes com a constituição histórica do povo que lhe vem servindo de esteio e com o processo, ainda em curso, se bem que acelerado, da sua plena consolidação como nação crioula soberana, sendo notáveis a pluralidade de estéticas e de estilos que caracterizam a nossa contemporaneidade literária e o pleno e descomplexado exercício da liberdade de criação que esse estado plural das coisas estéticas vem propiciando ao labor dos escritores caboverdianos.

Estamos em crer que a génese e os sinais mais evidentes desse pluralismo estético se situam nos tempos inaugurados pela independência e pela conjuntura literária que se lhe seguiu.

A contemporânea pluralidade de estirpes e de tendências poéticas, resultante da já relativamente longa história literária caboverdiana e absorvida como um dos principais legados dos tempos primevos do pós-independência (porque, na nossa opinião, mais prenhes de consequências no que respeita à diversidade do nosso panorama literário actual), afere, de forma assaz assertiva, da plena maturidade da poesia caboverdiana.

Assim, construída e plenamente consolidada a identidade literária caboverdiana, graças fundamentalmente ao labor dos ultra-românticos, dos neo-simbolistas, dos hesperitanos e dos demais escritores oitocentistas e letrados nativistas, dos claridosos das várias vagas e dos émulos da nova largada – fautores, em tempos históricos diferentes e com linguagens e estéticas diferenciadas, da independência e da diversidade literárias caboverdianas –, a questão da caboverdianidade explícita ou assumida nos textos literários, quer nas suas vertentes telúrica e combativa, quer nas suas facetas existencialista, de indagação metafísica e lírica, de pura deambulação lírica ou, até (e porque não?) de “puro exibicionismo cultista” tem-se tornado, para um número crescente de escritores e, especialmente, de poetas das ilhas e das diásporas caboverdianas, cada vez menos um problema ontológico enquanto factor eventualmente indutor ou ilustrativo de crises identitárias.

Pelo contrário: a existência de um sistema literário caboverdiano consolidado tem servido de esteio aos novos poetas e ficcionistas para trilharem caminhos diferenciados, por vezes díspares, e intentarem proceder às seguintes experiências de escrita:

1. ao alargamento temático, pan-insular e pan-diaspórico, do campo de jurisdição da nossa tradição literária e dos cânones literários caboverdianos, arduamente edificados em língua portuguesa e em acelerado e seguro processo de construção em língua caboverdiana;
2. ao enriquecimento estético-formal da literatura das ilhas e diásporas caboverdianas mediante a incorporação de novos estilos, tendências, técnicas e metodologias literários, como, por exemplo, o realismo mágico de extracção sul-americana, o *nouveau roman*, os *hai-kais* japoneses, as técnicas de incorporação numa linguagem poética contemporânea de formas clássicas e de formas elevadas da língua ou ainda as técnicas de moderna elaboração de longos poemas narrativos de teor epicizante;
3. à potenciação de experiências de subversão, de transgressão, de ocultação e de sabotagem da herança literária, tanto nos planos temático e dos motivos, como a nível estético-formal e linguístico.

São disso elucidativas as experiências ficcionais dos claridosos de segunda vaga Maria Helena Spencer, Teixeira de Sousa, Nuno Miranda, Virgílio Pires e Pedro Duarte, dos novo-largadistas Luís Romano, Gabriel Mariano e Onésimo Silveira, dos escritores neo-claridosos pós-coloniais Orlanda Amarilis, Germano Almeida, Carlos Araújo, Fátima Bettencourt, Ondina Ferreira, Leopoldina Barreto, Evel Rocha, António Ludgero Correia, entre outros, por um lado, bem como, por outro lado, dos contistas e romancistas pós-claridosos ( em alguns casos, parcial ou totalmente anti-claridosos) G. T. Didial, Arménio Vieira, Fernando Monteiro, Dina Salústio, Danny Spínola, Mário Lúcio Sousa, Joaquim Arena, José Vicente Lopes, Eilleen Barbosa, Vasco Martins e Tchalé Figueira. Experiências elucidativas porque fautoras tanto de continuidade como de amplas rupturas em relação ao telurismo claridoso, pesem embora as notórias deficiências quanto à melhor revisão do texto dado à estampa bem como ao domínio da língua de labor literário detectáveis na escrita lusógrafa de alguns poucos dos seus protagonistas, aliás, em regra detentores de fértil imaginação ficcional. Deficiências que mais não são do que eloquentíssimas ilustrações do estado calamitoso em que, a vários níveis, se encontra o português em Cabo Verde, dirão alguns e com toda a razão! Coisas da diglossia, agora transposta para o plano do manejo da escrita e da lusografia do labor literário, corroborarão outros, ainda com mais razão.

À escrita literária lusógrafa supra-referida, acrescem as recentes experiências de ficção em língua caboverdiana protagonizadas por Manuel Veiga, T. V. da Silva, Eutrópio Lima da Cruz, Danny Spínola, Ely Bakar, Zizim Figueira, entre outros.

Ilações idênticas às respeitantes à prosa de ficção podem ser extraídas em relação à poesia caboverdiana pós-colonial, designadamente no que respeita à inequívoca sedimentação do pluralismo estético-ideológico, à renovação temática e às inovações formais introduzidas por várias correntes contemporâneas, designadamente as representadas:

1. Pela poesia épico-telúrica de rememoração dos tempos e da saudade da história de T. T. Tiofe, Corsino Fortes, Kaká Barboza, Mário Lúcio Sousa, Nzé di Sant'y Águ, Danny Spínola e José Luiz Tavares, e os respectivos exercícios de reconstrução, mediante a palavra lapidada e meditada, do sopro genesiaco das ilhas e das ruínas de uma história trágica ainda mal ou insuficientemente narrada. Tentativa que, bastas vezes, se vem concretizando mediante a comovente re-encenação da memória perscrutadora dos trilhos islenhos da infância e da nostalgia do perdido paraíso das águas, assiduamente fustigadas

pela inclemência das as-secas e das intempéries históricas.

2. Pela poesia da plena maturidade ética e estética, do desencanto existencial, da eventual decadência da idade e da buscada regeneração das utopias revolucionárias da liberdade de Oswaldo Osório, Mário Fonseca e Arménio Vieira;
3. Pela poesia de indagação ontológica e metafísica de João Vário, Arménio Vieira, Valentinous Velhinho, José Luís Tavares, Filinto Elísio Correia e Silva, Alma Dofer Catarino, José Vicente Lopes, entre outros.
4. Pela poesia de reinvenção caboverdiana da subversão surrealista de Jorge Carlos Fonseca;
5. Pela poesia de fundas ressonâncias arquipélágicas dos tormentosos caminhos da busca poética da felicidade e da liberdade pessoais trilhados por Danny Spínola, Filinto Elísio Correia e Silva e outros poetas da nova geração;
6. Pela poesia de contundente crítica social, sátira dos costumes e muita virulência verbal (também delineada em apurado crioulo) de Kaká Barboza, Danny Spínola, Oswaldo Azevedo, Erasmo Cabral de Almada, Ano Nobo e algum T. V. da Silva.
7. Pela poesia de lirismo amoroso, muito afagada pela consagradíssima lira crioula de Eugénio Tavares, magistralmente reinventada, nos tempos pós-coloniais, por Oswaldo Osório e actualmente muito cultivada pela generalidade dos poetas caboverdianos, neles se incluindo a malograda Yolanda Morrazo (a matriaca das poetas caboverdianas do período modernista e autora de uma multifacética obra poética dada à estampa pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda de Portugal em 2006), Carlota de Barros e Vera Duarte, entre outras raríssimas poetisas e demais amantes do verso no activo.
8. Pela poesia do saudosismo pátrio exalado do além-mar diaspórico da terra-longe por cultores do verso de diferente mesura e quilate estéticos, com destaque para Nuno Miranda, Teobaldo Virgínio e Artur Vieira, relevando-se o bilinguismo literário deste último escritor, desde há muito radicado no Brasil.

Anote-se que, nas actuais circunstâncias de nítida, plena e definitiva sedimentação nacional da literatura caboverdiana, aliás, correlativa com o crescente cosmopolitismo dos seus sujeitos, actores e respectivas temáticas, uma franja representativa de escritores, em especial de poetas, das ilhas e das diásporas caboverdianas quer ser primacialmente compreendida na sua infungível condição de criadores, no sentido de artífices da linguagem, cuja única missão – se, porventura, alguma missão lhes

coubesse – teria como essencial fundamento ético e inexpurgável escopo estético a liberdade plena de criação e, no plano da factura da obra, consistiria essencialmente na disseminação de máscaras da condição humana, quer ela se situe em Cabo Verde, na Diáspora, na “Macaronésia”, no Antigo Egipto ou nenhures no mundo ou na morte, desde que seja um algures da resplandecência do verbo.

Tal desiderato levou à plena potenciação da arte da linguagem literária bem como das línguas de labor literário (em especial do português, do crioulo e, de forma mais marginal, do francês), não só como meios estéticos de expressão e instrumentos de radicação telúrica e existencial e universalização literárias das criaturas caboverdianas como também da livre expressão daqueles que, afirmando-se e assumindo-se tão-somente como artesãos da palavra exacta e livre, todavia carregam consigo a sensibilidade caboverdiana que, inusitada ou deliberadamente, consciente ou inconscientemente, lhes impregna, e da forma mais indelével, a alma de criaturas e criadores insulares e/ou o seu híbrido rosto de seres da diáspora.

Nos casos de João Vário, de um certo Arménio Vieira (designadamente o de “Poesia II”, “A Musa Breve de Silvenius”, “A Noite e A Lira” e “Poesia III” do livro *Poemas*, do primeiro e terceiro cadernos (“Canto das Graças” e “Mitografias”) do livro *Mitografias* bem como da totalidade do seu mais recente livro de poemas em prosa *O Poema, A Viagem, O Sonho*), de Valentinus Velhinho dos inúmeros “labirintos metafísicos” que perpassam a sua já vasta obra publicada, do José Luís Tavares de *Agreste Matéria Mundo* (especialmente do caderno A Deserção das Musas), do Danny Spínola de alguns cadernos de *Infinito Delírio* e do livro-poema *Na nha Sol Xintadu*, de Alma Dofer Catarino de *Sonhos à Sombra* e outros poemas de *Elegia de Sombras* (parcialmente inédito), a sintonia com as tendências dominantes do cânone ocidental da poesia metafísica, destelurizada ou místico-existencial, em cujo chão pátrio e em cujos meandros de linguagem e atribulações de alma cresceram ou amadureceram como poetas, torna quase imperceptível ou assaz residual qualquer réstia textual de referencialidade caboverdiana explícita ou meramente alusiva, especialmente a de natureza telúrica.

A esses poetas podem ser acrescidos, sem maiores pruridos, e para somente nomear autores de livros que nos parecem esteticamente mais depurados:

1. O Mário Fonseca de momentos significativos da sua poesia em língua francesa, especialmente daquela inserta nos livros *L’Odiferante Evidence de Soleil qu’est une Orange*, *La Mer à tous les Coups* e nalguns cadernos de *Mon Pays est une Musique*, e da sua poesia lusógrafa “contra a idade” e outra ilustrativa da germinação dos tempos do “morrer devagar”.

2. O Oswaldo Osório dos poemas de meditação sobre o tempo, o amor e a condição do homem angustiado e dilacerado em face da irreversibilidade e da finitude das suas “estações inacabadas”.
3. O Jorge Carlos Fonseca do cosmopolita deflagrar da palavra indomesticada.
4. O António da Névada da incessante busca de um caminho próprio e de um canto suficientemente audível entre os luminosos escombros das indagações metafísicas de João Vário e telúricas de T. T. Tiofe e Corsino Fortes.

Com ressalva do exemplo de T. T. Tiofe e G. T. Didial em relação a João Vário e de um ou outro caso eventualmente de menor pregnância (e entre os quais se inclui o autor das presentes linhas), é notória a ausência na esmagadora maioria dos poetas supra-referenciados da nomeação baptismal ou da crisma, de forma autónoma, de uma heteronímia, de uma pseudonímia ou de uma qualquer outra alteridade poética ou, tão só, de uma obra poética engendrada para uma referencialidade explícita e assumidamente caboverdiana, neles, aliás, predominante ou co-existente com uma outra de teor destelurizado, desinsularizado ou de intenção universalista.

Na esmagadora maioria dos poetas caboverdianos já referidos coexistem escritas poéticas de várias facturas temáticas e estético-formais numa mesma obra ou na cronologia diversa das obras, por vezes bilingues. É o que se pode constatar em Arménio Vieira, Oswaldo Osório, Mário Fonseca, Jorge Carlos Fonseca, Danny Spínola, Mário Lúcio Sousa, Filinto Elísio Correia e Silva, José Luiz Tavares ou António da Névada ou, de forma ainda mais singular, na obra literariamente binacional ou identitariamente híbrida dos luso-caboverdianos António Pedro Costa e Daniel Filipe.

Um caso excepcional na poesia caboverdiana contemporânea parece ocorrer com a poesia de Valentinus Velhinho, poeta quase exclusivamente metafísico e absolutamente avesso a qualquer referencialidade à terra que, impávida e solenemente muda, conquanto inteiramente cúmplice, assiste às suas deambulações noctívagas e divagações oníricas.

Excepções a essa linha estética geral do autor de *O Túmulo de Fénix* parecem constituir os raros poemas evocativos de Calheta, a terra natal do poeta, e outras construções poéticas indiciadoras de um suicidário mal-estar que se acotovela no quarto suburbano onde o vate se abriga e (res)guarda as suas quatro estações místicas.

Assinalável na poesia do autor de *Relâmpagos em Terra, Adeus Loucura Adeus* e *Tenho o Infinito Guardado em Casa* é igualmente a onnipresença de uma ambiência marcada pelo mar e pelo monte e de uma cultura impregnada e saturada de referências judaico-cristãs, de fundas e remotas ressonâncias na cultura caboverdiana, enquanto

suas co-matrizes, e que e por sua vez, a par das referências nietzscheanas, pessoanas e neo-simbolistas, envolvem toda a poética deste autor e eventualmente contaminam o seu rosto quase exclusivamente universalizante e “contra-enraizador”.

Parecem-nos pois cada vez mais acrescidos os desafios aos poetas e demais escritores caboverdianos, inseridos que estão numa ambiência complexa em que são extremamente pregnantes e tendencialmente esmagadoras as solitações identitárias veiculadas e corporizadas pelo telurismo, de invenção claridosa e recriação nova-largadista, neo-claridosa ou outra de outro teor mais contemporâneo, a par e/ou em contraponto das experimentações, também no domínio literário, de (auto) recriação diaspórica e cosmopolita da sua matriz insular bem como da tentação, sempre livremente assumida, de diluição e dispersão nas águas (des)identitárias e supostamente universalizantes que banham as nossas

almas e as suas diferentes máscaras, desde sempre insuladas, e, por isso mesmo, muito propensas ao sonho das evasão para além, e a despeito, da ilha-prisão, dos seus muros reais e imaginados, e da sua ininterrupta sublimação em trilhos de liberdade .

Por isso, esses poetas e outros escritores caboverdianos (incluindo os hifenizados) são, amiúde, obrigados a traduzir-se e a traduzir a sua condição de criaturas modernas e pós-modernas, inteiramente pós-coloniais e pós-claridosas, iniludivelmente confrontadas com os seus abismos, angústias e labirintos existenciais, a par da continuada dissecação da humanidade inerente ao caboverdiano das ilhas e diásporas, tornando-se, assim, de um ou outro modo, heterónimos de si próprios.

Recebido: 10 de junho de 2010  
Aprovado: 05 de março de 2011